

**Florestania: um desafio de cidadania
no contexto pós-colonial**

Anailton Guimarães Salgado

2011

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global
Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra

1. Introdução

O planeta terra é habitado por distintos grupos humanos que, nas suas diferenças, exprimem diversos tipos de conhecimentos determinando assim variadas configurações socioculturais. Esses saberes revelam-se de fundamental importância para a ciência, enriquecendo-a, transformando-a e possibilitando compreender as diferentes vertentes da realidade, seja na filosofia, na sociologia, na arte, nos saberes tradicionais ou em outras esferas do conhecimento. A interseção dessas diferenças vai formando o indivíduo, o qual, por meio do seu modo de vida, adquire uma identidade construída no seu meio social passando a partilhar com os outros as suas experiências, aprendizagens e emoções.

Partindo desse pressuposto, os seres humanos começam a viver em sociedade e formam os seus próprios grupos, os quais se reforçam por meio de interações mútuas e na luta pelos seus ideais. Caracterizam-se socialmente como cidadãos ao enfrentarem resistências e conflitos que habitualmente fazem parte de uma convivência social e ao aprenderem a nutrir respeito pelo outro na convivência com as diferenças. Nesse contexto muitas áreas do conhecimento têm tratado de forma crítica a importância da cidadania enquanto componente essencial na vida das pessoas, edificando novas reflexões e conceitualizações quanto a esses grupos.

Mas afinal, o que é a cidadania? De imediato, pode pensar-se nos direitos que protegem os cidadãos. No entanto, é importante observar que as lutas por melhores condições de vida, melhores garantias individuais e coletivas, direitos à liberdade e à igualdade, se tornam um referencial para a composição de uma cidadania que, até hoje, se apresenta em constante construção. Dessa forma, a cidadania encontra-se diretamente relacionada com os direitos usufruídos e os deveres conscientemente assumidos pelas pessoas no âmbito da sociedade em que vivem e enquanto membros integrantes.

No contexto pós-colonial a cidadania caracteriza-se como decorrência de grandes acontecimentos mundiais que, paralelamente a determinados movimentos sociais, lançaram enormes desafios no sentido de se formar grupos de cidadãos organizados que pudessem lutar, não só por uma ação social, mas também por uma transformação plena da sociedade. Esses grupos compostos por uma diversidade de etnias inserem-se em diversos espaços no mundo pós-moderno e, por meio de um fenómeno de representação cultural, vão tecendo as suas raízes culturais e histórias, tornando-se sujeitos identitários.

Deste modo considera-se necessário compreender o ser humano a partir da sua identidade, a qual é composta pelas suas ideias, pelos seus conhecimentos, valores, e pelas influências recebidas do meio social, permitindo-lhe reconhecer-se como cidadão e usufruir da sua cidadania. Embora a sua significação possa transparecer simplista, o conceito de identidade tem sido amplamente debatido no campo social, pois o seu entendimento depende das camadas sociais e culturais que condicionam o complexo e contínuo processo de formação e transformação do indivíduo.

Como retrata Stuart Hall (2006), as transformações das sociedades modernas também suscitam alterações nas identidades das pessoas afetando a conceção que estas possuem de si próprias como sujeitos integrados. Por conseguinte, estes indivíduos tornam-se sujeitos fragmentados, possuidores de múltiplas identidades, devido ao facto de serem incessantemente interpelados pelos sistemas culturais contemporâneos que os circundam.

As conceções identitárias abordadas por Hall (2006) consideram as especificidades dos sujeitos cujas identidades são objeto de distintas análises. O sujeito do Iluminismo, por exemplo, é definido pelo autor como sendo um indivíduo centrado, unificado, detentor das capacidades de racionalização, consciencialização e ação. Noutra vertente concetual, Hall considera o sujeito sociológico na óptica da sua interação com outras pessoas, com a sociedade, reflexo da crescente complexidade

do mundo moderno. Contudo, identifica o sujeito pós-moderno como aquele que não possui identidade fixa ou permanente, pois esta se encontra sob um contínuo processo de transformação vinculado aos sistemas culturais, numa dupla vertente local e pessoal.

Tal abordagem descrita revela que as concepções de identidade e as suas variações se encontram vinculadas aos sistemas de significação e representação cultural, os quais, por meio da sua reprodução, incitam os indivíduos a identificarem-se e a confrontarem-se com múltiplas identidades culturais e respectivas relações. Nesse sentido, são pertinentes as seguintes palavras de Woodward:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (Woodward, 2007: 17).

Desta forma considero que, enquanto produtos de um meio social nos tornamos sujeitos representativos, pois vamos estabelecendo uma identidade vinculada ao processo cultural de representação e aos sistemas simbólicos que certamente nos darão respostas para muitos dos nossos questionamentos. Como tão bem afirma Stuart Hall, o sujeito exprime-se a partir de uma posição histórica e cultural específica, portanto, quando nos expressamos representamos algo e reafirmamos a nossa identidade.

Quanto à região acreana, os diferentes grupos humanos que habitaram nesse local, sobretudo os primeiros que lá chegaram, foram instituindo a identidade do território. O povo indígena, considerado como um dos principais antepassados do atual homem acreano, foi o primeiro a viver naquelas terras. Diversos grupos familiares

procedentes do sul, sudeste e nordeste do Brasil, também foram povoando a região. Adicionalmente ocorreu a imigração de comerciantes sírios, libaneses, turcos e de outros que visavam obter riqueza por meio da comercialização da castanha e da borracha, ambas vendidas no mercado por um preço elevado.

Com efeito, a presença dos diversos grupos étnicos ilustra, até hoje, o caráter multicultural do povo acreano, marcado pela miscigenação dos saberes tradicionais dos indígenas locais com os conhecimentos e experiências dos diferentes migrantes. Os saberes e práticas dessa gente, incluindo dos agricultores, pescadores e seringueiros entre os grupos tradicionais, começaram a ser valorizados, edificando uma identidade territorial que, associada às características do local, foi também fundamental para a constituição da territorialidade acreana.

A existência de diferentes interpretações de cultura possibilita compreender que o indivíduo vinculado aos contextos político, social, histórico e ético, vai formando a sua representação social com base nos seus costumes e aptidões. Deste modo emerge um *ethos*, ou seja, uma maneira típica de se viver no mundo enquanto cidadão e produto de determinada cultura. Adicionalmente constata-se que as culturas nacionais se encontram presentes no processo de formação do sujeito, colaborando na construção da sua identidade. Recorro mais uma vez às palavras de Hall:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (Hall, 2006: 50).

Com base nesta afirmação pode interpretar-se que nos tornamos fruto da cultura nacional, a qual constitui um crucial elemento da modernidade, com que podemos fundamentar a nossa identidade, as nossas relações e representações que acabam por receber influências das transformações do mundo moderno.

Buscar o entendimento da concetualização de identidade e cultura - esta última como importante mecanismo intrínseco na formação do sujeito identitário - possibilita que se compreenda como é que o indivíduo poderá exercer os seus direitos e deveres de cidadão, considerando as suas experiências históricas e os seus laços políticos e éticos que consolidam o seu sentido de cidadania e de pertença a determinado grupo social.

Nessa concepção os estudos pós-coloniais permitem-me refletir sobre novos entendimentos da relação estabelecida por determinados grupos com a cultura, arte e política, bem como constatar que a sua produção de conhecimentos e práticas gera continuamente novas identidades culturais e coletivas, as quais englobam a heterogeneidade no contexto contemporâneo do exercício da cidadania.

Utilizando um processo de deslocamento do meio como um novo espaço de aprendizagens e formação de identidade - onde certamente muitos saberes são originários da mãe natureza - direciono o meu olhar para as populações tradicionais do Estado do Acre (localizado no sudoeste da região Norte, Amazônia, Brasil), as quais também fazem parte dessa heterogeneidade, e que encaram a cidadania como garantia do respeito pelas suas diferenças e de melhores condições de vida no mundo moderno.

2. E tudo começou assim...

A região acreana, integralmente situada na bacia amazônica, é considerada a mais ocidental do Brasil, destacando-se pela diversidade da fauna e flora que aí proliferam. O Acre é habitado por várias populações tradicionais compostas por indígenas, seringueiros, agricultores, pescadores, castanheiros, entre outros povos da floresta que inicialmente lutaram pela conquista do seu espaço de sobrevivência e,

na atualidade, continuam a batalhar arduamente para proteger e preservar o seu ambiente natural.

Nos primeiros tempos a região acreana era habitada por indígenas e posteriormente foi sendo povoada por nordestinos que migravam devido às secas e que ali vieram a assegurar a sua subsistência por meio da exploração de borracha. No entanto, desde as primeiras décadas do século XIX, a maior parte da população era composta por brasileiros que exploravam os seringaisⁱ desobedecendo à autoridade boliviana que até ao início do século XX detinha o controle e a propriedade das terras. Estas terras passaram a ser cobiçadas pelo Peru e Brasil, dando origem a vários conflitos entre esses países, motivados pelos interesses de exploração da borracha.

Ainda quanto à história acreana em 1901 Luiz Galvez Rodrigues de Arias, espanhol que adotara o Brasil como pátria, partiu para o Acre com o apoio do governo do Amazonas, para encetar negociações, visto que o governo brasileiro exigia o fim dos conflitos e a devolução da região à Bolívia. Com a palavra de ordem, “Já que nossa pátria não nos quer, criamos outra”, Luiz Galvez, juntamente com os brasileiros da região, proclamou o Acre um Estado independente, acirrando os conflitos entre bolivianos, peruanos, seringueiros e seringalistas. Assim, surge a denominada Revolução Acreana no âmbito da disputa pela posse do território por parte dos três países vizinhos: Brasil, Perú e Bolívia (ACRE: 2006).

Encarregue do comando das terras por oito meses, Galvez enfrenta novos conflitos por parte do governo brasileiro, sendo derrotado. Os brasileiros revoltados enfrentam mais uma vez momentos de guerra, desta vez liderados pelo ex-militar gaúcho Plácido de Castro. Os conflitos terminaram com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, quando o Acre foi integrado ao Brasil como território federal e, não tendo constituição própria, passa a ser administrado pelo Presidente da República.

É digno de nota o facto de a Constituição Brasileira de 1891 não contemplar nenhuma garantia sobre a pertença das terras acreanas ao Brasil, pelo que os políticos brasileiros tiveram de procurar argumentos na Constituição dos Estados Unidos da América que legitimassem a transformação do Acre em território nacional. A 7 de abril de 1904, o Presidente Rodrigues Alves assina o Decreto Executivo 5.188, que oficializa esse fato e passa a administrar diretamente o Território do Acre dividindo-o em três departamentos administrativos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, nomeando os respetivos prefeitos (ACRE: 2006).

Depois do território do Acre ter sido anexado ao Brasil o governo do Estado do Amazonas demonstrou o seu desejo de administrá-lo, pois havia investido grandes somas nas diferentes etapas da Revolução Acreana. Por sua vez, os acreanos também prestaram um grande contributo a esta luta, arriscando as suas vidas nas trincheirasⁱⁱ e varadourosⁱⁱⁱ da guerra, e ao mesmo tempo colocando em risco as suas terras e fortunas arduamente conquistadas, na esperança de desfrutarem dos mesmos direitos sociais e políticos como qualquer cidadão brasileiro.

Entretanto, depois de o Acre ter sido transformado em território brasileiro, no início de 1904, o governo federal tomou uma medida drástica frustrando todas as expectativas das autoridades do Amazonas. Resolveu atender aos seus próprios interesses assumindo a responsabilidade de administrar diretamente o território e cobrando impostos destinados aos cofres da União.

No entanto o Acre, como território, impossibilitado de contar com uma constituição própria garantida aos estados federados, não arrecadava os seus impostos, ficando sujeito às atribuições orçamentais do governo federal. Essas atribuições eram consideravelmente insuficientes para responder às necessidades da região que se encontrava desprovida de escolas, hospitais ou outros estabelecimentos públicos e vivia totalmente isolada das outras regiões do país (Cunha e Almeida: 2002).

A partir de então a sociedade acreana relança os protestos e reivindicações, desta vez contra o governo do seu país, com a finalidade de sanar as dificuldades e problemas que impediam o desenvolvimento do território. Como alternativa visavam a autonomia política do Acre, ou seja, transformar o Território Federal num Estado independente. Essa autonomia, encarada como necessária, passa a ser a nova bandeira de luta do povo acreano pelo que são fundados clubes políticos e organizações de trabalhadores de diferentes cidades do Acre tais como: Cruzeiro do Sul, Rio Branco e Xapuri, com o intuito de legitimar o movimento.

Com muito esforço a população acreana tenta suportar e enfrentar todas as dificuldades vivenciadas nesse período, nomeadamente, a revolta dos trabalhadores. Essa revolta foi ocasionada pela produção de borracha no sudeste asiático depois das sementes amazônicas terem sido contrabandeadas pelos ingleses gerando assim concorrência no mercado e, por conseguinte, a queda dos preços. Outro facto marcante da época consistiu na revolta dos movimentos autonomistas em diferentes cidades acreanas entre os anos de 1910 a 1918 que, inicialmente, trouxe resultados favoráveis, mas acabou por ser sufocada pelas tropas do governo federal (Cunha e Almeida: 2002).

O período de 1942 a 1945, intitulado de a “Batalha da Borracha”, foi marcado pela chegada ao Acre de muitas famílias do Nordeste do Brasil, o que foi favorável para a região, pois com o repovoamento do local, os seringais começaram a obter uma melhor produção, gerando bons rendimentos. Deste modo, o progresso económico deu um novo fôlego às aspirações autonomistas, mas só decorridos quase vinte anos é que os acreanos obtiveram a sua real autonomia política há tanto tempo desejada. Depois de muitas batalhas o Acre tornou-se num Estado apenas em 1962, por meio da Lei nº 4.070 de 15 de junho, assinada pelo Presidente João Goulart (Cunha e Almeida: 2002).

3. Novos caminhos a seguir...

Ao mergulhar em alguns momentos importantes da história acreana, considerando o seu princípio e os movimentos de mudança das gentes que adotaram as florestas do ocidente amazônico como seu habitat, torna-se perceptível uma continuidade, não só histórica, mas também política, social e cultural. Nesse caminho de pelejas o povo acreano tem procurado formas alternativas de promover um desenvolvimento justo e sustentável, recorrendo a uma profusão de símbolos e paradigmas para obter o reconhecimento dos seus saberes.

Tal ambiente natural que acolhe as suas diversificadas populações tem sido amplamente discutido por diversos setores e segmentos sociais, especialmente as questões ambientais e da biodiversidade como as que dizem respeito à proteção da vida “na” e “da” floresta. Dessa forma é de ressaltar que as iniciativas de proteção ao meio ambiente e de transformação social do pensamento humano para uma melhor consciencialização quanto a essas questões, podem ser alvo de diferentes interpretações ou traduções que abram novas perspectivas e possibilidades.

Assim sendo, atenda-se ao conceito de tradução segundo Ribeiro (2005), quando este a considera como uma grande metáfora do nosso tempo e demonstra que o seu conceito assinala - para a configuração, não só de diferentes línguas, mas também de diferentes culturas - contextos e práticas políticas e sociais que, interrelacionados, se tornam mutuamente compreensíveis. O autor acrescenta ainda que a questão da ética e da política da tradução se tornou emergencial nos nossos dias.

Esse entendimento revela que a tradução, perspectivada como uma metáfora central do mundo contemporâneo, possibilita que se compreenda a diversidade de mecanismos que podemos obter para alargar as nossas experiências, os nossos conhecimentos, e também para procurar respostas a determinadas situações com que nos deparamos. Deste modo, poderemos avaliar melhor as alternativas existentes no

seio de um determinado contexto cultural reflexivo, para que possamos compreender as transformações sociais ocorridas no mundo moderno. Contudo, ao analisarmos a história acreana, encenada por diferentes atores e desenrolada em diversos contextos, poderemos encontrar, com recurso ao processo de tradução, várias respostas para as inúmeras situações vividas por esse povo, sempre com o intuito de defender as suas terras.

De acordo com Ribeiro (2005), a tradução, numa perspectiva pós-colonial, permite abrir espaços de saber e terrenos de ação antes encerrados em dicotomias excludentes. Nesse sentido, o autor enfatiza a questão dos conhecimentos rivais como um dos diversos exemplos apresentados por Boaventura Sousa Santos. Desta forma Ribeiro acrescenta ainda que:

A reformulação pós-colonial em torno da questão da biodiversidade, da relação da biomedicina e as biotecnologias desenvolvidas nos países centrais e os conhecimentos da medicina tradicional dos países do Sul permite a criação de inteligibilidades mútuas e a revalorização de saberes antes vítimas do epistemicídio colonial e imperial (Ribeiro, 2005: 85-86).

Por meio deste olhar a valorização dos saberes em diferentes contextos e áreas poderá ser recuperada e protegida, e isso será possível caso os nossos próprios conhecimentos e ações sejam reformulados por um processo de tradução. Acredito que as ciências modernas nos possam permitir reconhecer a diversidade de saberes e a sua aplicabilidade, enriquecendo a própria ciência e gerando transformações sociais em busca da igualdade e legitimidade do conhecimento humano. Creio que os epistemicídios já provocados pela ciência, e que inviabilizaram outros saberes tão valiosos, não ressurgirão facilmente. Acredito ainda que o contexto pós-colonial possa suscitar novas epistemologias, instauradoras de um pensamento que não seja dominante e singular, mas sim plural.

Nesses termos, constato que os estudos pós-coloniais abrangem um campo interdisciplinar que nos possibilita encontrar explicações plausíveis para muitas questões que afetam o mundo contemporâneo que podem ser interpretadas no âmbito de diferentes contextos culturais. Nesse caso, o processo de tradução pode prover-nos de vários significados e permitir-nos dialogar com diferentes interpretações de conhecimentos e experiências.

Tendo em vista encetar um novo diálogo e dar azo a diferentes interpretações, menciono aqui outros factos que marcaram a história do Acre. Desde o final dos anos 80 e durante toda a década de 90 do século XX, as discussões em torno das questões ambientais, suscitadas pelo fracasso das políticas ecológicas que visavam o desenvolvimento da região Norte do Brasil (associadas a factos como: o assassinato de Chico Mendes^{iv} em 1988, a criação da primeira Reserva Extrativista do país no Alto Juruá/ Acre em 1990, e a Convenção da Biodiversidade em 1992), promoveram o fortalecimento do movimento socioambientalista acreano. Esse contexto é extremamente importante para que se tenha consciência da ligação existente entre sustentabilidade e auto-gestão do conhecimento na região amazónica, como argumenta Lima:

[...] a sustentabilidade só aconteceria de fato na Amazônia quando as populações tradicionais fossem inseridas no processo de produção e aplicação do conhecimento, deixando o status de objeto de estudo ou fonte de informação para exercerem o papel de agente da História, ou seja, obtendo autonomia de gestão sobre seus recursos naturais por meio da difusão e usufruto de seus conhecimentos (Lima, 2006: 10-11).

Desta forma, além das lutas pela federalização do Estado do Acre, vários movimentos sociais continuaram a organizar-se no Estado e na região. Entre esses, destaco o movimento socioambientalista acreano, associando-o à idéia de *florestania*. O

socioambientalismo, segundo Guimarães (2001), é reconhecido como um movimento social e um novo paradigma de desenvolvimento na promoção da sustentabilidade ambiental (de espécies, ecossistemas e processos ecológicos) e social (redução da pobreza e das desigualdades sociais e promoção de justiça social e equidade), que valoriza a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental.

Destaco também os *empates*, como um dos grandes movimentos na defesa da floresta, resultante de uma estratégia inteligente adotada pelos colonos e seringueiros para combater, pacificamente, o desmatamento desenfreado que vinha assolando o Acre desde 1970. Unidas em passeatas e lideradas pelo sindicato dos trabalhadores rurais, as comunidades organizavam-se, formando-se em grupos compostos por famílias, mulheres, crianças, idosos e, juntos, dirigiam-se à área destinada ao desmatamento, determinada pelos pecuaristas e por outros interessados. Essas pessoas abraçavam as árvores, na tentativa de impedir o seu abate, por parte dos jagunços^v e peões^{vi} que eram contratados para fazer esse tipo de serviço a mando dos seus patrões (ASAREAJ: 1993).

Dos *empates* resultou a criação das reservas extrativistas, propostas nos anos 80 por Chico Mendes, tendo-se também constituído o Conselho Nacional de Seringueiros com o objetivo de apoiar os trabalhadores extrativistas em todas as suas necessidades. A partir de então, a luta dos trabalhadores avançou nesse contexto e, indígenas, seringueiros, ribeirinhos e outras populações, perceberam que partilhavam muitos anseios: a defesa das suas terras, a proteção da floresta e os seus direitos como cidadãos. Desse modo, é formada também a Aliança dos Povos da Floresta (durante o 1º encontro dos Povos da Floresta em 1990, promovido pela União das Nações Unidas) e o Conselho Nacional de Seringueiros (ASAREAJ: 1993).

A adoção do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como uma das políticas de governo, tem gerado grandes benefícios para toda a região acreana nos diferentes

segmentos sociais. Segundo Rêgo (2003), o padrão de desenvolvimento sustentável não pode ser uniforme para toda a Amazônia e uma característica positiva da procura de um novo padrão de tal desenvolvimento da vida social consiste na valorização da diferença, que se traduz numa vantagem competitiva do território para a promoção do desenvolvimento sócio-económico e de melhor qualidade ambiental.

Deste modo é importante compreender-se que o ZEE do Acre é definido como um instrumento estratégico de planeamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, recursos naturais e relações entre a sociedade e a natureza, que sustenta negociações democráticas (entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil) sobre um conjunto de políticas oficiais orientadas para o Desenvolvimento Sustentável (ACRE, 2006).

Contudo, foi a partir de movimentos sociais que as comunidades tradicionais de seringueiros, povos indígenas, pequenos agricultores, entre outras, começaram a mobilizar-se pelos seus direitos enquanto cidadãos, contando sempre com o apoio do líder sindical Chico Mendes, de instituições - como por exemplo a Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra - CPT - e Conselho Indigenista Missionário - CIMI) - e também de políticas lançadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ao longo da resistência foram-se formando organizações sindicais para a defesa dos territórios, da sua gente, dos seus recursos, ou seja, da riqueza da floresta. Chico Mendes proclama que:

É esta realidade que queremos mostrar aqui. Queremos propiciar uma política que garanta o futuro desses trabalhadores, que há séculos vivem na Amazônia e a tornam produtiva ao mesmo tempo. Quando se coloca a questão da defesa da Amazônia, não significa que os seringueiros e os índios querem conservá-la num santuário intocado. Enquanto existirem índios e seringueiros na selva amazônica há esperança de salvá-la. [...] Acredito que cada um de nós tem uma missão e um compromisso muito importante em relação à defesa desta região. Essa luta não é só dos trabalhadores:

ela é de toda a sociedade brasileira. [...] o problema da destruição das nossas florestas não afeta só o povo brasileiro, mas, sim, os povos de todo o planeta. Achamos que se trata de uma questão que envolve toda a sociedade brasileira e toda a comunidade internacional (Mendes, 1988: 1).

Os objetivos que motivavam, tanto os ambientalistas quanto os extrativistas, consistiam na possibilidade de crescimento e fortalecimento de um movimento que simultaneamente pugnava pela justiça social e pelo equilíbrio ambiental. Esses movimentos partilhavam a necessidade de defesa da autonomia e de preservação do espaço físico e das suas fronteiras, da biodiversidade e principalmente, de assegurar a interação entre natureza-humano-floresta, enquadrada pelos ideais de desenvolvimento, sustentabilidade e cidadania.

A partir desse contexto, revelarei um novo conceito de cidadania que se encontra relacionado com a trajetória de vida das pessoas que habitam a floresta e dela dependem para sobreviver, considerando as suas lutas e causas, os seus trabalhos, enfim, a defesa dos seus direitos que culminaram no movimento político, cultural e ideológico denominado “florestania”.

4. E assim chega a Florestania

Embalado pelo movimento socioambientalista, o Acre desenvolveu uma experiência continuada de mais de dez anos de gestão pública, municipal e estadual, orientada para a implementação de um modelo de desenvolvimento baseado na valorização dos recursos florestais e da biodiversidade e movido pelo ideal da construção de um novo paradigma na relação do homem com a floresta amazônica. O estado inicia um processo de consolidação das mudanças para se afirmar, de forma permanente (constituindo uma referência para o Brasil, as demais regiões amazônicas e países vizinhos), como o estado brasileiro da florestania.

O termo florestania foi adotado durante o primeiro mandato do governador do Estado do Acre, Jorge Viana (1998-2006), tendo sido idealizado por alguns militantes do Partido dos Trabalhadores que integravam a equipa do governo. Trata-se de um neologismo que une num só vocábulo, as palavras “floresta” e “cidadania”, significando “cidadania na floresta”. Nesse sentido, a florestania visa cumprir o propósito de melhorar as condições de vida das pessoas que nasceram na floresta acreana, e até hoje aí habitam, conferindo-lhes assim direitos básicos de cidadania. Este conceito pode ainda ser considerado como uma combinação natural entre as relações das pessoas com o ambiente e o equilíbrio das suas ações, pois sintetiza o desejo de melhoria da qualidade de vida e a valorização dos recursos ambientais.

Na senda desse pensamento, a florestania desperta uma nova forma de se conceber e vivenciar a floresta, pela qual se passa a respeitá-la como um santuário que abriga, não só as suas espécies, mas também os seus povos e as suas tradições, permeados pelo seu maior tesouro, a biodiversidade.

Mas afinal, o que vem a ser esse património natural denominado floresta? Considerando uma definição simples, pode afirmar-se que a floresta consiste numa formação de diversas árvores cujas copas se tocam. Esse conceito simplista pode remeter-nos a várias outras interpretações, inclusive, quando consideramos a nossa própria história de vida, o que me levou a pensar como nos podemos ligar profundamente à floresta.

Contudo, o facto é que quando nos encontramos inseridos num meio social e ecológico é frequente que não lhe prestemos a devida atenção e não nos sintamos atraídos por aquilo que nos rodeia. Por conseguinte, desconhecemos aquilo que realmente nos pertence. É vital que se sinta o que Lévi-Strauss (1993) sentiu ao percorrer as savanas desérticas do Brasil Central, valorizando a natureza agreste, atraído pela floresta e pelos seus encantos, como ele descreve em *Tristes Trópicos*. Ao nos afastarmos do nosso habitat aprendemos a olhá-lo de outro modo, e quando o

retomamos, podemos lá viver de uma forma mais consciente, profunda e permanente. Ainda nas palavras de Lévi-Strauss, “a floresta é tão densa como as nossas cidades, povoada por outros seres, formando uma sociedade” (Levi-Strauss, 1993). Interpreto aqui a visão de Lévi-Strauss sobre a floresta como uma metáfora da necessidade de se conhecer verdadeiramente o nosso espaço e valorizar o que ele nos oferece, interagindo assim com o mundo que nos rodeia da mesma maneira que as copas das árvores interagem entre si.

No entanto, visando a criação de condições dignas para a população acreana, a região ocidental da Amazônia brasileira começou a investir nos serviços sociais e a combater a desagregação social entre outras questões prementes. A florestania pretende estabelecer um diálogo legítimo e promover boas relações entre os povos que se identificam com diferentes referentes culturais. Está em causa um ideal de cidadania que também se rege por uma cultura de solidariedade, valorizando a identidade cultural de uma gente que sempre quis ser reconhecida como tal.

A florestania representa, assim, a cidadania na floresta, mas como bem destaca o jornalista Toinho Alves, um dos criadores desse termo:

É isso, sim, mas é algo mais. Além de um conjunto de relações sociais, direitos, deveres, leis e conquistas, a florestania é um sentimento que pode ser expresso da seguinte forma: a floresta não nos pertence, nós é que pertencemos a ela. Esse sentimento nos induz a estabelecer não apenas um novo pacto social, mas um novo pacto natural baseado no equilíbrio de nossas ações e relações no ambiente em que vivemos. É um sentimento orientador para nossas escolhas econômicas, políticas e sociais -e por isso inclui a cidadania - mas orienta também nossas escolhas ambientais e culturais - e por isso a transcende (Alves, 2003: 2).

E acrescenta ainda:

O ser humano tem se considerado, nos últimos séculos, o centro do mundo. Ao mesmo tempo, pensa que seu próprio centro é o “eu” consciente. O resultado desse pensamento é a exploração devastadora da natureza e das culturas humanas a ela associadas, consideradas inconscientes e primitivas. Assim, atende-se às vontades econômicas e políticas não da humanidade, mas de uma parcela muito pequena dela. O sentimento da florestania nos dirige à superação do antropocentrismo e do etnocentrismo que lhe é inerente. Há muitas riquezas neste planeta, a vida é a principal delas. Todos somos herdeiros destas riquezas: os povos que nele habitam e as gerações que ainda virão habitá-lo, os animais, as árvores, a luz, a água e até as pedras (Alves, 2003: 2).

Esse sentimento manifestado por Alves (2003) é partilhado pelos dirigentes governamentais que assumem a proteção da floresta como uma bandeira de luta, promovendo ações que também eram defendidas e promovidas pelo ambientalista Chico Mendes. A própria história do Estado do Acre e os conhecimentos locais incentivaram os habitantes da floresta a lutar pelos seus ideais para que fossem considerados como cidadãos de pleno direito.

Os direitos que contemplam os indivíduos também promovem a formação de uma cidadania cultural, em que o cidadão possa ter o direito à própria vida, ao reconhecimento das suas diferenças, aos seus sonhos e a uma ecologia cultural^{vii}. Como tal, é importante lembrar que os direitos culturais estão presentes na sociedade desde há algumas décadas, assegurando o reconhecimento amplo das minorias e fomentando a cidadania.

É ainda importante mencionar que a cidadania cultural deve ser assumida pelas estruturas governamentais como uma política pública em prol dos interesses da sociedade, pelo que é crucial que o seu conceito seja realmente entendido. Deste modo, a participação dos indivíduos num processo de criação e acesso aos bens

culturais, incluindo a preservação do patrimônio cultural, poderá desbravar novos caminhos no âmbito dos direitos de cidadania.

Nesse contexto desejo mencionar a ecologia dos reconhecimentos, proposta por Santos (2006), que tem sido valiosa na medida em que a diversidade cultural e social dos sujeitos coletivos, que visam a emancipação social através das suas ações, é ampliada. Adicionalmente, esses sujeitos heterogêneos combatem também formas diversas de dominação e opressão paralelamente à multiplicidade das escalas, sejam locais, nacionais ou transnacionais, das lutas em que se envolvem.

Para uma melhor compreensão do sentido da ecologia dos reconhecimentos recorro ao que afirma Santos:

O reconhecimento da diferença cultural, da identidade coletiva, da autonomia ou autodeterminação deu origem a novas formas de luta (por um acesso igualitário aos direitos ou recursos existentes; pelo reconhecimento de direitos coletivos; pela defesa e promoção de quadros normativos alternativos ou tradicionais, de formas comunitárias de produção de meios de subsistência ou de resolução de conflitos etc.) Assim, a idéia de uma cidadania multicultural, individual ou coletiva adquire um significado mais preciso como palco privilegiado de lutas pela articulação entre a exigência do reconhecimento cultural e político e a redistribuição econômica e social (Santos, 2006: 101-102).

As palavras de Santos (2006) levam-nos a compreender que quando as diferenças culturais são reconhecidas a par da identidade de cada pessoa podem gerar diversas formas de luta pelos direitos coletivos dos indivíduos. A população do Acre, mesmo não tendo passado anteriormente por esse processo de reconhecimento, manteve-se firme na luta pelos seus ideais, afirmando assim a sua força por meio da resistência. Com o passar do tempo, os acreanos foram descobrindo a sua cidadania, pois as suas histórias de vida, experiências, os seus hábitos, costumes e saberes foram dando

forma a uma cultura, a qual serviu de base para o resgate da sua identidade como cidadãos. Esse aspecto remete-nos a alguns teóricos dos estudos pós-coloniais, tais como Franz Fanon e Walter Mignolo, entre outros, os quais comungam do objetivo destes estudos, que consiste essencialmente em resgatar, não só a cultura, mas também a identidade dos povos colonizados.

Contudo, a análise de todas essas questões revelou que a florestania envolve, não somente um conceito, como também um conjunto de relações que envolvem os indivíduos entre si, e ainda as manifestações culturais que, de certa forma, vão fazendo com que a identidade dessas pessoas transcenda a floresta rumo a outras fronteiras, inclusive a do conhecimento. Como afirma Santos:

Pode dizer-se que, desde sempre, as formas privilegiadas de conhecimento, quaisquer que elas tenham sido, num dado momento histórico e numa dada sociedade, foram objecto de debate sobre a sua natureza, as suas potencialidades, os seus limites e o seu contributo para o bem-estar da sociedade (Santos, 2006: 127).

Nesse sentido, constatamos que os conhecimentos oriundos de diferentes fontes são reconhecidos como essenciais para uma melhor formação de determinado grupo social, mesmo que desenvolvidos em distintos lugares e de diversas maneiras. Tal conhecimento busca uma civilidade com características florestais assinalada por uma cultura peculiar e distintiva.

Partindo de uma determinada concepção de desenvolvimento e visando diversificadas atuações que atendam às necessidades das comunidades tradicionais, criaram-se os Centros de Florestania, os quais executam ações em prol de muitas famílias e prestam apoio a cooperativas e associações que utilizem, de forma sustentável, os recursos da floresta. Estes centros objetivam a implementação de serviços que gerem qualidade de vida para as populações da floresta, incentivando a sua permanência no lugar de origem, bem como a autogestão comunitária por meio de iniciativas de

capacitação (oficinas, intercâmbios, cursos), assistência técnica e extensão agroflorestal, promoção da cultura local, fornecimento de suporte físico e operacional às comunidades, ampliando e aprimorando a infraestrutura econômica e social.

No que toca ao campo da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, descritas por Santos (2003), entendo que, tanto uma quanto a outra expandem o domínio das experiências sociais, pois quanto mais experiências existirem no mundo, mais serão possíveis no futuro. Santos descreve as experiências de conhecimento da seguinte forma:

Trata-se de conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimento. As experiências mais ricas nesse domínio ocorrem na biodiversidade (entre a biotecnologia e os conhecimentos indígenas ou tradicionais), na medicina (entre medicina moderna e medicina tradicional), na justiça (entre jurisdições indígenas ou autoridades tradicionais e jurisdições modernas, nacionais), na agricultura (entre a agricultura industrial e a agricultura camponesa ou sustentável), nos estudos de impacto ambiental e tecnológico (entre o conhecimento técnico e os conhecimentos leigos, entre peritos e cidadãos comuns) (Santos, 2003: 755-756).

Desta forma é perceptível que, mesmo com certas resistências e conflitos as experiências ora imputadas pelo ser humano podem estar presentes em diversas áreas, de distintas maneiras e em diversos domínios do conhecimento. Saliento também a ecologia de saberes adotada por Santos, que procura dar conexão epistemológica ao saber propositivo. Para Santos:

Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles. A ecologia de saberes assenta na independência complexa entre os diferentes saberes que constituem o sistema aberto do

conhecimento em processo constante da criação e renovação. O conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é auto-reconhecimento (Santos, 2006: 145).

Nessa perspectiva percebo que o conhecimento pode constituir objeto de interações, sendo retransmitido e cruzado em diferentes momentos, na sua condição autónoma de sistema aberto. Na ecologia de saberes as práticas entre os seres humanos proporcionam conhecimentos, mas também ignorâncias, sendo estas igualmente heterogêneas e interdependentes, tal como os saberes (Santos, 2006).

Enquanto fonte desses conhecimentos e saberes, os Centros de Florestania adotaram um novo modelo de desenvolvimento regional pretendendo que ele seja integrado, fortalecido e retransmitido pelos que sabem mais para os que sabem menos. Este modelo incide sobre a utilização e exploração sustentável dos recursos naturais, a valorização dos aspectos culturais e a potencialização de práticas produtivas tradicionais, como resultado de um trabalho de fortalecimento de organização comunitária para a preservação do conhecimento dessas comunidades.

O manejo florestal sustentável vem, no entanto, fortalecer também uma das vertentes do modelo da florestania, pois possibilitará que as populações da floresta permaneçam no seu ambiente, passando a utilizar os recursos da floresta sem a danificar e, principalmente, a desenvolver outros mecanismos para que, com uma exploração sensata, possam conservá-la na sua forma e funções naturais. Ressalto, portanto, que as comunidades locais e as populações indígenas se tornam importantes agentes do manejo sustentável dos ecossistemas florestais.

Sem dúvida que a florestania apresenta novas perspectivas para a melhoria de vida das pessoas que habitam não só na floresta, como também no meio urbano, podendo promover um pacto natural e social em que a sociedade possa manter, cada vez mais, uma relação saudável com a natureza. O conhecimento dos processos naturais, a preservação da vida no planeta, o respeito pelos ecossistemas e pelas populações

tradicionais são imperativos que mobilizam a florestania e reforçam a relevância do seu conceito.

Considero que a cidadania na floresta se reveste de um sentido muito mais abrangente do que o simples reconhecimento dos indivíduos como cidadãos. Essa cidadania funda um compromisso assumido pelas pessoas com o espaço em que vivem e com o qual se envolvem intimamente, surgindo implicada nas relações que entre elas existem, nas suas histórias de vida, experiências, proteção e valorização das riquezas naturais, na sua cultura, enfim, em todo o seu modo de vida baseado no processo cultural que decorre desde as suas origens.

No sentido de fortalecer o significado de florestania, Alves destaca que:

O que queremos dizer com Florestania é, enfim, o nosso desejo de entrar no futuro carregando nossa alma amazônica. Não é um conceito universal, é só um incentivo para que os povos do litoral criem sua “litorania” e os do deserto a sua “desertania”. Que cada povo encontre em seu ambiente, sua história, sua cultura, a maneira como deseja fazer parte da humanidade e realizar sua natureza - externa e íntima (Alves, 2003: 2).

Com esse sentimento acredito que a luta do povo acreano pelo reconhecimento dos seus direitos pode ser considerada como um exemplo de perseverança da crença nos seus ideais e de consciência política. O verdadeiro anseio desta gente consiste no reconhecimento do seu meio ambiente como um grande tesouro, preservá-lo como fonte de vida, para que ele possa subsistir como um elemento fundamental na construção de um futuro próspero da história acreana.

5. Algumas considerações

Ao apreciar todo o contexto aqui apresentado, considerando aspectos cruciais da história do Acre e as questões da identidade, cultura, cidadania, entre outras, percebi como eles foram primordiais para a formação de um Estado que, ao longo da sua trajetória histórica, sempre se expressou por meio de movimentos de luta.

A formação de uma sociedade constituída por diferentes etnias delineia o caráter multicultural do povo acreano, composto pelos conhecimentos das populações, tradicionais juntamente com os conhecimentos e as experiências dos imigrantes, de diferentes proveniências, que habitaram a região. Ao longo do tempo, os saberes e práticas dessas pessoas passaram a ser valorizados e, de certa forma, reconhecidos, construindo uma identidade territorial que, levando em conta as características do local, também foi essencial para a constituição da territorialidade acreana.

O modo de vida, as influências internas e externas e os valores culturais, foram transformando o meio social, permitindo que os indivíduos estabelecessem novas relações e outras formas de conduzir as suas vidas. Lembrando novamente a ideia de Stuart Hall (2006), as transformações das sociedades modernas também estão a provocar mudanças nas identidades das pessoas. Esse processo de mudança foi vivenciado pelo povo acreano, gerando novas perspectivas de vida e o anseio por ideais alternativos.

Os estudos pós-coloniais possibilitaram-me perceber que as relações sociais de determinados grupos se encontram intrinsecamente ligadas à cultura, arte e política, suscitando novas identidades culturais e coletivas. A heterogeneidade desses grupos sociais confere um caráter muito próprio à demanda do exercício da cidadania, sobre cujo conceito é essencial refletir-se para compreender o que constitui a florestania.

No entanto, conhecer a florestania implica que, antes de mais, se conceba um novo modelo de cidadania e se tente conferir-lhe um sentido que abarque um tipo de vida alternativo, destinado aos habitantes da floresta, com o qual eles possam ser mais

profundamente legitimados como cidadãos. Também implica que se respeitem as diferenças, se valorizem os saberes e, principalmente, se assumam a cultura como sustentáculo de uma nova maneira de conceber e interpretar o mundo. Desta forma, poderá gerar-se um sentimento de cumplicidade e orgulho quanto à mútua pertença que permeia as relações existentes entre os cidadãos acreanos e o seu espaço.

A floresta é vida e sabedoria, pelo que é natural a sua tradução por meio da cultura. A cultura não se manifesta somente nas demonstrações artísticas, mas igualmente nos conhecimentos produzidos de diversas formas e maneiras, por distintos atores em diferentes situações, pelo modo de vida e agir das pessoas e por meio das suas relações. Nesse sentido, concluo que a vivência das populações tradicionais, dos povos indígenas, enfim, do povo acreano, pode ser considerada como uma cultura orientada para a florestania.

Esse constitui o propósito da florestania, que prima essencialmente por um conceito de vida ligado à história, sociedade e ao imaginário e que, através de diversas ações e programas, também pode incentivar as práticas comunitárias e construir uma nova realidade de vida, propondo um novo modelo económico que possa conduzir ao desenvolvimento sustentável na região acreana.

Desta maneira, a florestania pretende que o habitante da floresta viva em plenitude, usufrua dos seus direitos civis e sociais, desenvolva a sua condição humana e fortaleça os seus laços com os cidadãos urbanos e com a própria floresta. Somos herdeiros desse património natural, cujos filhos são as pedras, as árvores, os rios, a água, a terra, os animais e os próprios povos. Como tão bem afirmou o jornalista Toinho Alves (2003), “a floresta não nos pertence, nós é que pertencemos a ela”.

ⁱ Imensa área de terra produtiva, onde dominava a economia da borracha, constituída por um grande barracão onde residia o patrão e os seus capatazes.

- ii Escavação na terra com o objetivo de proteger os combatentes em guerra.
- iii Caminhos no meio da floresta; trilhos.
- iv Seringueiro, líder sindical e ecologista que lutou pelas causas ambientais da Amazônia.
- v Indivíduo armado que assegurava a proteção e segurança do seu líder. É conhecido também como “capanga” e ambas as denominações são utilizadas nas regiões do Norte e Nordeste do Brasil.
- vi Trabalhadores rurais; condutor de tropa.
- vii Essa ecologia pode explicar fenômenos como os movimentos sociais para a defesa do meio ambiente.

Referências Bibliográficas

ACRE (2006), *Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Fase II*. Rio Branco: SEMA.

Alves, Antonio (2003), “Florestania”, in: *1º Encontro Internacional de Jornalismo Ambiental da Amazônia*. Disponível em: http://www.ac.gov.br/bibliotecadafloresta/biblioteca/index.php?option=com_content&task=view&id=69&Itemid=68.> Acedido em: 06.02.2010.

Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá - ASAREAJ (1993), *Histórias do Alto Juruá*. São Paulo: ASAREAJ.

Cunha, Manuela Carneiro da; Almeida, Mauro Barbosa de (2002), *Enciclopédia da Floresta*. São Paulo: Companhia das Letras.

Guimarães, Roberto Pereira (2001), “A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento”, in Gilney Viana; Marina Silva; Nilo Diniz (orgs), *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Hall, Stuart (2006), *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Lévi-Strauss, Claude (1993), *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70.

Lima, Henrique Afonso Soares de (2006), *Memorial da Universidade da Floresta: uma conquista histórica para o Alto Juruá*. Brasília: Gráfica da Câmara dos Deputados.

Mendes, Chico (1988), “O problema ambiental e o processo de ocupação da Amazônia Ocidental”. [Conferência proferida durante o Fórum Nacional de Debates sobre a Amazônia, em 30.11.1988]. Disponível em: <http://www.chicomendes.org/cgicomendes23.php>. Acedido em: 06.02.2010.

Rêgo, José Fernandes (2003), *Documento referencial para o ZEE/AC Fase II. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre*. Rio Branco: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA.

Ribeiro, António Sousa (2005), “A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-Colonialismos, fronteiras e identidades”, in Gabriela Macedo; Maria Eduarda Keating (orgs.), *Colóquio de Outono: estudos de tradução, estudos pós-coloniais*. Braga: Universidade do Minho, 77-87 .

Santos, Boaventura de Sousa (2003), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: ‘um discurso sobre as Ciências’ revisitado*. Porto: Afrontamento, 735-775.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do Tempo: para uma nova Cultura Política*. Porto: Afrontamento.

Woodward, Kathryn (2007), “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”, in Tomaz Tadeu Silva (org.), *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.